



SEÇÃO LIVRE

Imprensa africana e autoritarismo: a questão étnica no espaço político e na comunicação social de Moçambique (2012-2022)

African press and authoritarianism: the ethnic question in the Mozambican political space and media (2012-2022)

Prensa africana y autoritarismo: la cuestión étnica en el espacio político y en los medios de Mozambique (2012-2022)

Luca Bussotti¹

orcid.org/0000-0002-1720-3571
labronicus@gmail.com

Recebido em: 6 fev. 2023

Aprovado em: 27 jun. 2023

Publicado em: 08 nov. 2023.

Resumo: A “questão étnica” sempre foi presente no debate interno aos dois principais partidos políticos de Moçambique, sendo uma das causas de conflitos antigos e modernos. Entretanto, a imprensa, sobretudo pública, evitou abordar esse assunto devido a um discurso que o partido hegemônico (a FRELIMO) impôs ao país, privilegiando ideais como o relativo à unidade nacional e à luta contra o “tribalismo”. Usando como ponto de referência teórico o da agenda-denial, este artigo procura reconstruir o relacionamento entre imprensa e poder político de um país considerado autoritário como Moçambique. A metodologia usada assentou-se numa abordagem qualitativa, tendo como técnica privilegiada a análise do discurso e das linhas editoriais de órgãos de comunicação públicos e privados que tenham abordado, ao longo do período de tempo aqui considerado, a “questão étnica” como um dos elementos centrais da sua cobertura. Ficou evidente que a imprensa pública, apesar de princípios constitucionais pluralistas, continua a sofrer do mecanismo de agenda-denial por parte do governo, ao passo que a privada tem procurado propor temáticas diferentes e com abordagem crítica, entre as quais, a relativa aos assuntos de matriz étnica, apesar das ameaças e violências físicas decorrentes dessa postura.

Palavras-chave: Agenda-denial; Etnicização do Estado; Liberdade de imprensa; Imprensa pública e privada.

Abstract: The “ethnic question” has always been present in the internal debate of the two main Mozambican political parties; it has been one of the main causes of old as well as modern conflicts. Nevertheless, the press, especially the public one, avoided to approach this issue due to a discourse that the hegemonic party (FRELIMO) imposed to the country, privileging ideals like that of the national unity and the struggle against “tribalism”. Using as a theoretical reference point that of agenda-denial, this article seeks to rebuild the relationship between press and political power of a country considered as authoritarian like Mozambique. The study was carried out through a qualitative methodology, according to a discourse analysis and the editorial lines of those public as well as private media which established the “ethnic question” as one of their privileged issues to be covered, in the period here considered. It was evident that public media, despite pluralist constitutional principles, continues to be subjugated to an agenda-denial mechanism by the government, while private media tried to propose different themes, with a critical approach. Among these issues, it is possible to identify that regarding the ethnic question, in spite of threatens and physical violences that such approach implied.

Keywords: Agenda-denial; Ethnicization of the State; Press Freedom; Public and Private Media.



Artigo está licenciado sob forma de uma licença
Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional

¹ Universidade Técnica de Moçambique (UDM), Maputo, Moçambique.

Resumen: La "cuestión étnica" siempre ha estado presente en el debate interno entre los dos principales partidos políticos de Mozambique, y es una de las causas de antiguos y modernos conflictos. Sin embargo, la prensa, especialmente la pública, ha evitado abordar esta cuestión debido al discurso que el partido hegemónico (FRELIMO) ha impuesto en el país, privilegiando ideales como el de la unidad nacional y la lucha contra el "tribalismo". Utilizando como punto de referencia teórico el de la agenda-negación, este artículo pretende reconstruir la relación entre prensa y poder político en un país considerado autoritario como Mozambique. La metodología utilizada se basó en un enfoque cualitativo, utilizando como técnica privilegiada el análisis del discurso y de las líneas editoriales de los medios de comunicación públicos y privados que han abordado, a lo largo del período aquí considerado, la "cuestión étnica" como uno de los elementos centrales de su cobertura. Se evidenció que la prensa pública, a pesar de los principios constitucionales pluralistas, sigue sufriendo el mecanismo de negación de agenda por parte del gobierno, mientras que la prensa privada ha buscado proponer diferentes temas con un enfoque crítico, incluyendo el relacionado con la cuestión étnica, a pesar de las amenazas y la violencia física que esta postura ha conllevado.

Palabras clave: Agenda Denial; Etnicización del Estado; Libertad de prensa; Prensa pública y privada.

Introdução

Se existe um "tabu" na imprensa moçambicana, este é representado pela questão étnica. Um tabu que tem atravessado as duas grandes fases político-institucionais do país: a primeira, que vai de 1975 até 1990, conhecida como "Primeira República", altura do socialismo e do autoritarismo explícitos; e a segunda, que iniciou com a nova Constituição de 1990 e que continua até hoje, conhecida como "Segunda República", com um ordenamento jurídico formalmente democrático, mas, na prática, ainda autoritário e uma imprensa, sobretudo pública, largamente controlada por parte do partido-Estado Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) (BUSSOTTI, 2015; CHICHAVA; POHLMANN, 2010; HOHLFELDT; SANTOS, 2009).

Moçambique é considerado, segundo vários rankings internacionais, um país autoritário ou semiautoritário. Consoante a classificação da Freedom House, Moçambique deve ser visto como "*partly free*", com uma pontuação complexiva de 43/100 nos vários indicadores relativos a 2021 (em 2020, era de 45), mas com valores muito baixos (14/40) a respeito dos direitos políticos,

totalizando apenas 14/40 (FREEDOM HOUSE, 2021). Diferentemente da Freedom House, que ainda coloca Moçambique entre os países parcialmente livres, o Democracy Index da Economist Intelligence Unit o classifica, desde 2018, entre os abertamente autoritários, ao mesmo nível de outras nações africanas, como Zimbábue e eSwatini, tendo deixado a condição de regime "híbrido" em 2016-2017 (ECONOMIST..., 2019).

Moçambique faz parte daqueles países que abandonaram o anterior regime monopartidário com a "terceira onda" de democratização, mas sem nunca alcançar uma organização institucional baseada em uma subdivisão nítida entre os três poderes fundamentais de qualquer Estado liberal, a que se deve acrescentar o "quarto poder": a imprensa. Segundo Huntington, tal regressão deve-se ao fato de tais países nunca terem experienciado regimes pluralistas antes da sua adesão às instituições liberais, cujas elites tendem a manter o antigo poder, apesar de as novas constituições garantirem o pluralismo (HUNTINGTON, 1991). Já em meados da década de 1990, as críticas a essa terceira onda de democratização, que abrangia também o continente africano, eram explícitas e claras, destacando os poucos casos de sucesso, e os muitos em que elites políticas fechadas e autoritárias estavam retomando o controle do Estado, em detrimento das liberdades dos respetivos povos (IHONVBERE, 1996).

Por isso é que liberdades fundamentais, como a liberdade política, de imprensa e de expressão nunca se concretizaram em pleno nestas transições. Moçambique não faz exceção: apesar de o país possuir uma Constituição democrática, assim como várias leis que regulamentam a profissão do jornalismo, a partir da lei de imprensa 18/1991, o que tem acontecido regularmente é que o poder político ainda dita o agendamento dos assuntos a serem abordados pela comunicação social, principalmente pública, a mais difusa e conhecida do país (MIGUEL, 2022a). Nesse caso, o processo de "agenda-setting", que, em países democráticos, atribui à comunicação social o poder de ditar os assuntos de que falar junto à opinião pública e

à própria classe política, em outros, como Moçambique, se torna "agenda-denial". Isso significa que é o poder político a impor à comunicação social que um certo assunto se mantenha fora da agenda, como tem acontecido no caso da questão étnica para Moçambique: daí a ideia de que tal questão se tenha tornado um verdadeiro "tabu" (CAPELLA, 2016).

A agenda-denial é uma modalidade segundo a qual a imprensa desenvolve estratégias para evitar a cobertura de fatos e fenômenos que, pelo contrário, poderiam ser relevantes para o debate público (COBB; ROSS, 1997). Trata-se de uma abordagem teórica que complementa e, em parte, contraria a visão da agenda-setting, segundo a qual a media tem o poder de enfatizar – tipicamente no âmbito político – qual o assunto a ser mais destacado, por parte deste ou daquele líder ou partido, junto à opinião pública (MCCOMBS; SHAW, 1972). Se a imprensa tem o poder de tornar mais importante um certo assunto, determinando, assim, uma hierarquia de questões a serem debatidas junto à opinião pública, ela também pode optar para uma estratégia contrária: negligenciar temáticas julgadas inconvenientes por parte do poder político (ou de grupos específicos que atuam com poder simbólico e material na sociedade), retirando-as da discussão. É nesse sentido que se pode falar de negação do agendamento, ou agenda-denial, derivante do fato de alguns grupos julgarem que a cobertura de um certo tema pela imprensa poderá trazer prejuízo; nessa perspectiva, tais grupos "usam alguns ou a totalidade de seus recursos para prevenir a cobertura de novos assuntos" (COBB; ROSS, 1997, p. IX).

Em democracias maduras, como a americana, onde os conceitos de agenda-setting e de agenda-denial foram pensados, as formas de influenciar a imprensa funcionam mediante um trabalho indireto, que certos lobbies ou o próprio poder político levam a cabo para evitar o tratamento de assuntos julgados incômodos. Tais assuntos aparecem, geralmente, na agenda-setting da imprensa, mas depois, ficam de fora da cobertura definitiva por causa de mecanismos latentes do

poder, tendo sido definidos como "nondecisions" (SHPAIZMAN, 2020).

No contexto africano, o agendamento funciona de forma diferente com relação ao que se passa no contexto ocidental, pelo menos naqueles países em que a media continua sendo controlada pelo poder político, como no caso de Moçambique. Os processos de agenda-setting e de agenda-denial seguem caminhos mais tortuosos e distintos, consoante o grau de autoritarismo de cada país. Se, por um lado, existem casos em que a liberdade de imprensa é simplesmente banida – como em Eritreia, no Egito ou em Djibuti –, na maioria das circunstâncias o que acontece é o forte condicionalismo, intimidações, controlos e até censura da imprensa por parte do poder político, com mecanismos generalizados de vigilância (MENTAN, 2015). Assim, não são os jornais e suas redações que determinam o agendamento dos assuntos a serem abordados, mas sim, o poder político de que tais órgãos de comunicação social, em larga medida, dependem. Em Moçambique, a época socialista marcou de forma indelével o relacionamento entre imprensa e poder político, apesar das mudanças constitucionais que intervieram a partir de 1990 e as posteriores alterações da Carta Magna, até a última de 2018 (GOUVEIA, 2018). As raras exceções que procuraram fugir a esse controlo, depois da introdução da Constituição pluralista e democrática, sempre sofreram represálias por parte do governo: alguns jornais foram absorvidos ou comprados por empresários próximos ao partido no poder, conseguindo mudar a linha editorial; outros, receberam ameaças e seus editores e jornalistas foram até mortos devido à frontalidade de abordar assuntos "sensíveis", como o caso-Cardoso demonstra (FAUVET; MOSSE, 2004).

Em época socialista, a via escolhida para o controlo dos órgãos de informação foi direta: eles foram nacionalizados – inclusive revistas de tendência liberal, como a *Tempo* (ZIMBICO, 2019), fundada em 1970 e definitivamente fechada em 2009 –, e o espaço para uma imprensa independente só se deu a partir da viragem democrática da década de 1990. Os primeiros grupos

de foragidos da imprensa pública iniciaram a fundar cooperativas ou até sociedades privadas, com o objetivo de ocupar o espaço que a nova Constituição, assim como a lei 18/1991, tinham deixado disponível no mercado da informação.

Foram duas cooperativas de jornalistas que provinham, na sua quase totalidade, de jornais públicos como o "Notícias" e o "Domingos" ou da própria Agência de Informação de Moçambique (AIM), a dar vida às duas experiências-piloto de uma imprensa independente: por um lado, a MediaCoop, composta por jornalistas de renome como Carlos Cardoso, Salomão Moyana, Fernando Lima e outros, iniciou as publicações do primeiro jornal privado, o MediaFax, distribuído via fax logo depois da aprovação da lei de imprensa de 1991, para depois, em 1994, lançar o primeiro semanário impresso, o "Savana", até hoje uma referência incontornável do jornalismo moçambicano; por outro lado, outros profissionais como Elias Cossa, Ginabay, Noé Dimande e Palmira Velasco, reunidos na CoopArt fundaram, ainda em 1994, o semanário "Demos", que não poupava críticas ao regime da FRELIMO.

O governo teve de aceitar essa nova realidade, mas sempre procurando minimizar o risco de ver esses novos jornais "vasculharem" os negócios da elite política do país, que, entretanto, se tinha transformado de marxista-leninista numa classe dirigente, ao mesmo tempo liberal e autoritária. Foram adotadas várias estratégias para que essa nova imprensa não criasse demasiados problemas.

No novo contexto democrático, a primeira estratégia foi direcionada em controlar a comunicação social privada emergente – tentativa que, pelo menos com os dois novos semanários acima recordados, o "Savana" e o "Demos", não surtiu os efeitos desejados. Aliás, a partir de divergências internas, sobretudo à MediaCoop, o jornalista mais destacado, Carlos Cardoso, fundou um novo jornal, "O Metical", particularmente agressivo em termos de crítica à política económica do governo, desvelando práticas de corrupção da elite local que punham em risco os negócios milionários dos antigos marxistas-leninistas.

O "Demos" iniciou a colaborar com "O Metical", com contínuas denúncias de esquemas financeiros fraudulentos, que levaram ao assassinato de Carlos Cardoso, em pleno centro de Maputo, a 22 de novembro de 2000 (FAUVET; MOSSE, 2004). Os mandantes responsáveis pela eliminação de Cardoso nunca foram identificados: o filho do então presidente de Moçambique, Chissano, foi chamado em causa pelos réus como quem havia encomendado o homicídio, mas ele morreu em 2007 e, assim, só foram condenados os seis executores materiais do assassinato (IGARCIA, 2003). Depois da questão-Cardoso, a elite política local pensou em silenciar o "Demos", embora de forma menos violenta. Este semanário, aproveitando-se de divergências internas à redação, foi primeiro comprado por um grupo empresarial próximo ao então candidato a presidente Guebuza e, logo depois das eleições de 2004, fechado definitivamente. Em tempos mais recentes, jornais como o "Canal de Moçambique", o semanário atualmente mais hostil à linha política da FRELIMO, viu a própria sede incendiada em agosto de 2020, provavelmente a mando de indivíduos próximos ao poder político (SILVA, 2020), e cujo editor, Matias Guente, sofreu uma tentativa de rapto poucos meses antes (JORNALISTA..., 2019). No meio disso tudo, uma série de atentados, intimidações e até raptos de jornalistas da imprensa privada e da sociedade civil, cujo detalhamento aqui é desnecessário, testemunham quão intensa havia sido a interferência do poder político junto à comunicação social em Moçambique, e quão pouco o poder judiciário havia se prontificado a investigar e julgar tais abusos (LEONARDO, 2022).

Dentro desses mecanismos de controlo típicos de um Estado autoritário, a questão étnica foi um dos assuntos de que não se devia falar, segundo uma postura de agenda-denial mencionada anteriormente; entretanto, ela atravessa toda a história do país de forma subtil, quase escondida, salvo tenha eclodido em momentos determinados, despertando um interesse crescente numa parte da imprensa, sobretudo em períodos mais recentes, mas tendo como início os anos de 2012-2013, coincidindo com o retorno à guerra

civil entre o governo e a Resistência Nacional de Moçambique (RENAMO).

É por isso que este estudo debruça-se, essencialmente, em dois períodos: o primeiro, que vê como protagonistas o governo e a RENAMO, com suas respectivas lideranças, em que a questão étnica emerge no seio de uma confrontação bem conhecida em Moçambique e de cunho político e, depois, militar; e o segundo, que inicia com a governação de Nyusi, em 2014, e que continua até hoje, centrada na edificação de um sistema de poder etnicamente caracterizado no sentido Makonde (o grupo étnico de Nyusi), representando uma novidade absoluta no seio da esfera pública moçambicana. Entretanto, antes de apresentar esses dois momentos, o artigo faz um breve historial da questão étnica no debate público moçambicano, no período anterior à década de 2010, demonstrando o quanto esse tema foi subterrâneo, mas, ao mesmo tempo, presente durante todo esse tempo, e como a agenda-denial funcionou para excluir esse assunto da cobertura da comunicação social.

A pesquisa foi realizada mediante uma abordagem qualitativa, assentando-se em dois momentos principais: no primeiro, fez-se uma breve análise da questão étnica e de seu esquecimento no discurso político moçambicano, desde o pensamento de Eduardo Mondlane e Samora Machel até aos dias de hoje; no segundo, o estudo debruça-se de forma mais específica sobre o processo de agenda-denial aplicado à imprensa escrita, destacando a distinção entre as coberturas da media pública e da privada. Para tal, procurou-se analisar como os dois tipos de imprensa, a pública, mediante o jornal "Notícias", e a privada, considerando jornais como o "Savana", o "Canal de Moçambique", o "Carta de Moçambique", o "Evidências", o "A Verdade", entre outros, fizeram a cobertura de intervenções pontuais de importantes atores políticos que se debruçaram sobre a questão étnica. A perspectiva usada foi multidisciplinar, contando com um olhar histórico-político e com a ótica da análise do discurso junto à imprensa nacional moçambicana.

As premissas históricas: o tabu da questão étnica no espaço político moçambicano

Existe uma frase muito famosa repetida pelo primeiro Presidente de Moçambique, e que se tornou um dos lemas fundamentais na edificação do Estado-nação moçambicano: "matar a tribo para fazer nascer a nação". Em 1973, ainda antes da obtenção da independência de Portugal, Machel (1973, p. 5) teorizava que "O regionalismo, o tribalismo, a atitude de desprezo para com as outras comunidades, resultam da ignorância, do desconhecimento dos outros valores". Uma frase que provinha de um legado histórico significativo, o da luta armada de libertação, com ilustres moçambicanos a enfatizar a necessidade de uma unidade nacional que já se assentava em bases étnicas tão definidas quanto pouco explicitadas: literatos e ideólogos como Craveirinha, ao estudar o "folclore" moçambicano, tendiam a exaltar os produtos culturais do Sul do país, como no caso da marrabenta (CRAVEIRINHA, 2009). Eduardo Mondlane, em 1967, mostrava plena consciência de uma realidade étnica complexa e diversificada, que, entretanto, devia ser unificada mediante uma língua comum, juntamente com uma cultura e práticas económicas e militares compartilhadas (MONDLANE, 2009). O outro grupo étnico hegemónico, já na altura da luta de libertação e aliado aos Rongas do Sul, o dos guerrilheiros Makonde, iniciava também a ser conhecido em suas manifestações culturais, como a dança do Mapiko (ISRAEL, 2014; RHORMENS; BONFITTO JÚNIOR, 2013). Outros povos do Centro e do Norte do país não tiveram a mesma sorte, não merecendo mais do que uma atenção superficial, ou até nula, dos cientistas sociais moçambicanos, assim como estrangeiros (BUSSOTTI; NHAUELEQUE, 2022).

Entretanto, o discurso do "esquecimento étnico" não era exclusivo de Moçambique. Dos regionalismos, localismos, instâncias comunitárias de vária natureza, todos os grandes líderes africanos quiseram se distanciar, privilegiando a ideia de um Estado-nação moldado segundo o estilo ocidental: centralismo, burocratismo, desenvolvimentismo, por vezes pan-africanismo,

com o acréscimo do autoritarismo, pelo menos na maioria dos casos. Pretendia-se edificar um Estado-nação moderno e desenvolvido, com inimigos bem identificados: colonialismo, capitalismo, tradição. Os "localismos", entre os quais a questão étnica, deviam ficar marginalizados ou até ser completamente excluídos do discurso oficial. Foi através desse paradigma que a maioria dos políticos africanos enfrentou a época das independências.

Amílcar Cabral, por exemplo, um líder que não chegou a governar porque foi morto pouco antes de a Guiné-Bissau alcançar a sua independência, antepunha a necessidade de edificar a nação Bissau-guineense às pertencas étnicas, como recorda lancuba Indjai, seu companheiro muito chegado da época da luta armada (AMÍLCAR..., 2023). Julius Nyerere, que teve influência considerável na formação do pensamento da FRELIMO, procurou encontrar um equilíbrio dentro de um país com cerca de 120 grupos étnicos e uma elevada diversificação religiosa, enfatizando a necessidade de construir uma nação centralizada e com uma língua unificadora (o Swahili), válida a nível nacional e até continental (TRIP, 1999). O outro grande pensador pan-africanista, Nkrumah, teve de enfrentar problemas não simples ao construir o novo Gana, como demonstra a necessidade de formar um exército nacional que perpassasse as pertencas étnicas enraizadas em todo o país (ADEKSON, 1976).

De forma geral, a questão étnica foi considerada como herança do colonialismo, portanto, ela devia ser ultrapassada, geralmente mediante um processo de remoção. A questão étnica foi, assim, excluída da formação dos novos Estados independentes, abrindo as portas a ideologias exógenas, a maioria de tipo socialista e "desenvolvimentista", marginalizando os elementos endógenos e tradicionais.

As lideranças africanas consideraram a etnicidade como algo que fomentava divisões nacionais, por isso, ela devia sair da pauta pública mediante um processo de agenda-denial. Foi inventada uma mítica homogeneidade na diversidade, com normativas que, como no Gana de

Nkrumah ou no Moçambique de Samora Machel, proibiam a formação de partidos políticos com base étnica ou territorial (DENG, 1997). A adesão de muitos países africanos ao marxismo, inclusive de todas as antigas colônias portuguesas, entre as quais, Moçambique, afastou os cientistas sociais locais da compreensão da etnicidade e de suas tensões como um dos aspetos-chave das dinâmicas internas e, ao mesmo tempo, permitiu o controlo total da imprensa por parte do poder político. Na teoria marxista, "*the critique that ethnicity is potentially an illusion ultimately in the interests of capitalist class remains a part of modern Marxist understanding*" (MEJER, 1987, p. 251). Entretanto, a realidade desmentiu as intenções: quase todos os conflitos africanos recentes têm tido, como uma das suas bases fundamentais, as tensões étnicas.

Em Moçambique, a negação da questão étnica não ajudou no enfrentamento do problema da convivência pacífica de povos diferentes vivendo numa só nação e espaço geográfico (DAMBILE, 2014). O centralismo institucional adotado ignorava as diferenças entre estes povos, por vezes criando novas hierarquias entre eles, consoante as suas tendências políticas e a fidelidade ao novo regime (BUSSOTTI; NHAUELEQUE, 2022).

O projeto nacionalista, modernizador, e a criação do "homem novo" (MENEZES PAREDES, 2014) se contrapuseram, em época socialista, ao chamado "Xiconhoca", ou seja, o homem ainda era influenciado por tendências colonialistas e burguesas, assim como por "tradicionais" (MENESES, 2015). A dimensão étnica, a partir das línguas locais, foi propositadamente marginalizada e até perseguida. O português foi escolhido como língua nacional quer por falta de alternativas, quer devido à convicção de que, com essa opção, podia-se evitar regurgitações tribalistas potencialmente ameaçadoras do projeto de unificação (MACAGNO, 2009). Nos espaços públicos, era proibido usar as línguas locais, e mesmo no âmbito privado, era preferível utilizar a língua oficial e comum a todos os moçambicanos.

A luta contra as etnias locais tradicionalistas se identificou com a guerra contra os "régulos"

(chefes tradicionais), contra o "obscurantismo" das religiões, reveladas assim como dos ancestrais, e contra a mentalidade arcaica e individualista da maioria dos camponeses. Esse posicionamento ofereceu à RENAMO² uma excelente base de consenso contra as políticas coletivistas e modernizadoras da FRELIMO, favorecendo a penetração da guerra civil, primeiro durante 16 anos e, depois, de 2013 até 2018 (MOURIER-GENOUD; CAHEN; ROSÁRIO, 2018).

Apesar das divisões políticas e étnicas, o discurso nacionalista e unitário continuou a ser propalado ao longo de toda a história do Moçambique independente por parte da FRELIMO.

No início do período democrático, na década de 1990, vários estudiosos abordaram a questão da nação e sua identidade, procurando deixar de fora qualquer alusão à componente étnica. Neste novo início da construção nacional, a publicação provavelmente mais significativa foi organizada por Carlos Serra em 1998, com a contribuição de jovens filósofos e sociólogos, tais como Severino Ngoenha e Elisio Macamo (SERRA, 1998). Ngoenha abordou essa questão em outros escritos; por exemplo, em 1999, ele escreveu um texto procurando valorizar a identidade Tsonga, mas não em contraposição às outras culturas moçambicanas e africanas, e sim, às culturas europeias, no caso, de cunho missionário, que tendiam a tornar periféricas as identidades locais (NGOENHA, 1999) – um discurso que desaguava na necessidade de uma identidade nacional e até continental, contraposta àquelas externas, de matriz essencialmente ocidental e colonialista.

Oscar Monteiro (2013), um dos ideólogos mais brilhantes da primeira FRELIMO, destacou, no seu livro de memórias, desde o título, a ideia de que *De todos se faz um país*, aludindo ao projeto unificador que se quis implementar. Na mesma época, o Presidente Guebuza acentuou os elementos da unidade nacional, retomando, num contexto diferente, as estratégias políticas e discursivas de Samora Machel, embora procurando cativar as simpatias dos régulos, os

chefes tradicionais que, fora do Sul, continuavam a mostrar fidelidade à RENAMO. Foi por isso que Guebuza promoveu uma iniciativa legislativa que, em 2010, garantiu dignidade institucional aos régulos, beneficiando-os com cerca de 13 dólares de salário por mês. Entretanto, sua firme oposição a qualquer tentativa de descentralizar o poder e, portanto, de conceder mais espaço às instâncias locais eletivas – tais como municípios e províncias, estas últimas, completamente controladas pelo governo central até 2018 – foi uma opção política que despertou a oposição militar da RENAMO e resultou no retorno à guerra. O discurso de Guebuza está repleto de conceitos sobre a memória comum, o legado dos heróis da guerra anticolonial, culminando num projeto de nação baseado na luta contra a pobreza e na promoção da "autoestima". Reivindicações de identidades locais e étnicas não podiam encontrar espaço dentro de um tipo de governação cada vez mais autoritário e centralizado (POSSE, 2020).

Entretanto, aproximadamente no fim do segundo mandato de Guebuza (que saiu do poder em 2014), as tensões entre governo e RENAMO voltaram a determinar uma nova guerra civil. O discurso que moldava as reivindicações de Dhlakama estava focalizado num conceito muito simples: a exclusão das melhores oportunidades que o país oferecia para quem não pertencia à FRELIMO. Tal discurso implicava, em larga medida, uma referência de tipo territorial explícita (o Centro e o Norte penalizados em prol do Sul, salvo a minoria Makonde), assim como uma, menos nitida, mas nem por isso menos importante, de natureza étnica. Esse foi o primeiro momento em que a questão étnica emergiu das trevas de um histórico e propositado esquecimento, mostrando ao país uma face diferente do debate político moçambicano.

Os primeiros passos da questão étnica na imprensa privada: as reivindicações da RENAMO na década de 2010

Como visto no ponto anterior, a governação de

² Hoje, o segundo partido do país, depois da FRELIMO, que, entre os anos de 1970 e 1990, desencadeou uma guerra civil muito agressiva, que destruiu quase todo o país, até a assinatura dos Acordos Gerais de Paz em Roma, em 1992.

Guebuza, muito mais autoritária e centralizadora do que a anterior de Chissano, impulsionou a tensão entre governo e RENAMO. Entre os fatores principais deste novo cenário, o elemento das reivindicações de autonomia territorial por parte do maior partido de oposição a respeito das províncias do Centro e do Norte parece exercer um papel de destaque. A imprensa moçambicana se agarrou a essa nova situação política presente no país e, sobretudo, àquela que não estava ligada ao governo e à FRELIMO, iniciou a tratar do assunto da etnicidade e das diferenças culturais entre os vários povos de Moçambique de forma um pouco mais pontual com relação ao que havia acontecido no passado.

Para dar um exemplo de como a FRELIMO e a imprensa ligada ao partido continuava a considerar a questão étnica como um tabu, é suficiente aqui recordar a polémica que se levantou logo depois da eleição de Guebuza como presidente da república, em 2004. Na primeira ocasião oficial, o IX Congresso da FRELIMO, uma voz dissonante muito prestigiada, a de Graça Machel, viúva de Samora Machel (e, na altura, esposa de Nelson Mandela), assinalou o regionalismo e o tribalismo como elementos que se tinham instaurado no partido. Tendências regionalistas e tribalistas – foi assim que a Graça Machel falou – sempre foram presentes na FRELIMO, entretanto, antigamente, isso acontecia “com algum pudor”, ao passo que, agora, a mobilização é feita com base nas pertenças étnicas. A imprensa pública moçambicana, como o jornal “Notícias”, nada reporta acerca da *vis* polémica e “eticista” da intervenção de uma das figuras mais proeminentes do partido no poder, deixando esse espaço para a imprensa privada (GRAÇA MACHEL FAZ..., 2006) assim como para a estrangeira (GRAÇA MACHEL DENUNCIA..., 2006).

No debate interno à FRELIMO, quem quebrou o terreno, indo além do discurso oficial que o partido sempre defendeu, foi Alberto Chipande, um influente general Makonde. Já em 2009, ele iniciou a preparar o terreno para que, em 2014, o sucessor de Guebuza fosse alguém escolhido entre a sua etnia, sob o lema de que “agora é a

nossa vez” [dos Makonde] de mandar. Tratou-se da tradução prática daquilo que Graça Machel receava que pudesse acontecer: uma etnicização do partido, com uma mistura evidente entre negócios e política. A imprensa pública, mais uma vez, não atribuiu tamanha importância a esses pronunciamentos de Chipande, diferentemente da privada, que tinha plena consciência do poder político e econômico que o general Makonde na reserva ainda tinha.

O conceituado semanário “Savana” expressou a sua perplexidade acerca das palavras arrogantes pronunciadas por Chipande em várias circunstâncias; no caso específico, a ocasião foi um encontro organizado pelo Corredor do Desenvolvimento do Norte, uma estrutura pública que tem como finalidade ajudar a zona Norte de Moçambique no desenvolvimento econômico. Neste evento público, Chipande teoriza sobre o direito de os “libertadores” (ou seja, os membros da FRELIMO, ainda mais se fossem Makonde) fazerem “o que lhe apetece, o resto que se dane!”, invocando um “direito natural a enriquecer” determinado pela sua contribuição na libertação do país do colonialismo. Fernando Gonçalves, o editor do “Savana”, depois de reportar fielmente as afirmações de Chipande, comenta desta forma: o discurso do general Makonde, segundo afirma, contradiz toda a história da FRELIMO que, desde as suas origens, lutou para uma sociedade mais justa e inclusiva. Vice-versa, com Chipande, tais princípios são completamente postos de lado, e “a máscara vai caindo”, profetizando uma possível nova guerra que não vai começar em Cabo Delgado – como a de libertação –, mas sim, diretamente em Maputo (GONÇALVES, 2009). A profecia de Gonçalves estava errada apenas no que toca à localização do início da nova guerra, de matriz jihadista, que também arrancou em Cabo Delgado; entretanto, as razões do conflito estavam já patentes em 2009, ou seja, quase dez anos antes do primeiro ataque terrorista, que se deu em outubro de 2017 (BONATE, 2022; BUSSOTTI; TORRES, 2020).

Na mesma esteira se posiciona o “CanalMoz”, diário online do mesmo grupo do “Canal de Mo-

çambique", cujo editor responsável é o jornalista luso-moçambicano Fernando Veloso. Esse jornal aponta para o discurso de Chipande através de duas perspectivas: por um lado, reportando as críticas de alguns membros da FRELIMO contra o próprio Chipande, por outro, inaugurando uma linha editorial contra a corrupção e a mistura entre negócios privados e cargos públicos ou partidários, que será particularmente explorada alguns anos mais tarde, ao ser descoberto o maior escândalo financeiro de todo o continente africano: o relativo à dívida pública oculta de 2,2 mil milhões de dólares. Luís Nhachote, um jornalista de ponta naquela época, destaca as duras críticas de outros membros seniores da FRELIMO contra Chipande. Jorge Rebelo, um "caneco" histórico colaborador de Samora Machel, não aprova os pronunciamentos do poderoso Makonde, ao passo que outros dois líderes da primeira FRELIMO, Sérgio Vieira e Mariano Matsinhe, procuram interpretar o pensamento do general, atribuindo à imprensa privada uma errônea leitura das palavras dele. O artigo se desdobra apresentando os variegados interesses empresariais de Chipande, desde a sua estreia, em 1995, com a "Newpalm International Limitada", até as últimas sociedades por ele formadas, observando quão privilegiada havia sido a estrada dos negócios do Makonde Chipande na "sua" Cabo Delgado (NHACHOTE, 2009).

A diferente cobertura da questão étnica, misturada constantemente com a política e a economia, continuou a distinguir as linhas editoriais das imprensas pública e privada. A própria RENAMO, com o seu boletim informativo "A Perdiz", por exemplo, enfatizava, em 2012, a ideia de exclusão de que Dhlakama se fazia intérprete: "Para a RENAMO, há exclusão e discriminação no acesso às oportunidades que o país oferece" (INFLEXIBILIDADE..., 2012, n.p.), com claras clivagens étnico-territoriais Sul-Norte.

O discurso oficial da RENAMO, ao longo dos últimos anos da parábola (e da vida) política de Dhlakama, utilizou a questão étnica para procurar trazer mudanças no país. Insatisfeito com o tipo de governação da FRELIMO de Guebuza,

preocupado com o aparecimento de um novo partido da oposição, o Movimento Democrático de Moçambique (MDM), oficialmente fundado em 2009 e com grandes interesses na governação local, Dhlakama recorreu de novo às armas para fazer valer suas razões. Desde 2014, Dhlakama iniciou a exigir um processo mais acelerado de descentralização e de governação nas províncias (no Centro e no Norte de Moçambique), onde a RENAMO tinha ganho as eleições provinciais, primeiro ameaçando dividir o país, depois propondo soluções federalistas (ISSUFO, 2014). Tais soluções não foram acatadas pela FRELIMO, que continuava vendo o federalismo como uma abertura para uma divisão do país, com base em pertenças étnicas onde o Centro-Norte se contrapunha ao Sul. Foi a partir de meados da década de 2010 que a questão étnica, ainda em parte mascarada pelo debate sobre a forma do Estado, iniciou a aparecer no discurso político e, portanto, na imprensa, como se verá logo a seguir.

Se, em seus comícios, Dhlakama dirigia-se diretamente aos povos Ndaus, Sena, Makhuwa, a imprensa pública não deixava de sublinhar as potenciais fraturas que as ameaças de Dhlakama podiam trazer ao país. Num artigo de opinião escrito em 2011 no "Notícias", Adelino Buque realça a perigosidade do discurso do líder da RENAMO, não apenas do ponto de vista militar, mas também por considerar e enaltecer a pertença étnica de moçambicanos como Ndaus e Sena (povos do Centro do país), em contraposição ao ideal unitário que a FRELIMO e seus intelectuais ainda propalavam (BUQUE, 2011).

Outras figuras-chave da FRELIMO realçam a importância de este partido ter ultrapassado o tribalismo ainda nos anos da sua fundação. Como de costume, eles expressam suas opiniões através do jornal "Notícias", que se limita a reproduzir acriticamente o posicionamento oficial ou semioficial do partido no poder. Mariano Matsinhe, antigo primeiro-ministro, e Américo Fumo, antigo combatente e um dos fundadores da FRELIMO, destacam que a "muita agitação" inicial deveu-se ao tribalismo. Entretanto, seguindo os ensinamentos de Eduardo Mondlane,

“a luta pela unidade nacional foi a nossa marca [...] para a eliminação do tribalismo, o racismo e a discriminação” (CONSTRUIR..., 2012, n.p.).

A imprensa filo-governamental, seguindo as indicações da FRELIMO e do governo, abordou a questão étnica como mera recordação de um passado primordial que foi definitivamente superado mediante a maturidade política adquirida ao longo do tempo, segundo um evidente processo de agenda-denial que interessava ao governo promover.

Foi, portanto, na imprensa privada, que tal questão voltou a aparecer. Num artigo tardio, escrito em 2019, Horácio Mobana demonstra – sem querer entrar nos detalhes da sua análise – quão profunda havia sido a penetração da questão étnica no debate público nacional. Escrevendo uma reflexão sobre Dhlakama, que havia morrido há um ano, ele procura interpretar os movimentos deste líder nos últimos tempos da sua parábola política segundo categorias completamente etnicizadas. Dhlakama, escreve Mobana, traído pelos “seus” Ndaus, a partir de 2012, muda a sua residência da Beira para Nampula, confiando no povo Amakhuwa, assim como nos Machuabo, da Zambézia. O autor conclui ter havido um excesso de entradas de indivíduos pertencentes a este povo na RENAMO, o que comprometeu o próprio partido (MOBANA, 2019). Em suma, a linha interpretativa que observadores presentes na imprensa moçambicana agora propõem se assenta em questões étnicas, que, entretanto, continuam sendo estranhas à comunicação social controlada pelo governo.

Um estudo etnográfico com sólidas bases, mas que não teve nenhuma consideração por parte da imprensa oficial, procurou oferecer uma leitura mais fundamentada do relacionamento entre etnicidade (no caso, o povo Ndaus) e vida política moçambicana, com referência específica para a RENAMO (FLORÊNCIO, 2002). Por outro lado, o texto de Bernabé Lucas Ncomo sobre Uria Simango procurou oferecer uma leitura revolucionária dos primeiros anos da FRELIMO, realçando a importância dos processos de marginalização e até perseguição dentro do movimento mediante

uma leitura em prevalência étnica, tornando-se um verdadeiro clássico da historiografia alternativa à oficial, propalada pela FRELIMO (NCOMO, 2004). Graças a tais estudos, a questão étnica iniciou a se diferenciar do discurso político (e, conseqüentemente, da comunicação social) de quem compartilhava um posicionamento filo-governamental e de quem, pelo contrário, estava na oposição.

A contraposição entre imprensa pública e privada quanto ao tratamento da questão étnica se tornou nitida. O mesmo esquema repetiu-se a partir de outubro de 2017, quando ataques terroristas de matriz étnico-religiosa iniciaram a ser protagonizados no Norte do país, nomeadamente em Cabo Delgado. Apesar do cenário completamente diferente com relação à guerra com a RENAMO, o tema étnico voltou a se propor sem solução de continuidade, mas, desta vez, concentrado no conflito entre as três etnias principais do Norte: Makonde, Amakhuwa e Kimwane. Mais uma vez, a imprensa filo-governamental teve uma postura negacionista de fenômenos que, quer a imprensa privada, quer a internacional, liam como expressão de uma governação não inclusiva e que tinha penalizado, ao longo da história do país, territórios e grupos étnicos específicos, que agora usavam a maneira mais terrível – a guerra – para reivindicar seus direitos.

O ressurgimento da questão étnica e a imprensa moçambicana diante do conflito no Norte do país

O “duplo jogo” que a FRELIMO procurou esconder, tendente a demonizar a questão étnica, usando a mesma para alcançar os próprios fins, começou a vir à tona nas proximidades da eleição de Nyusi à presidência da república. O terreno tinha sido preparado por Chipande, como visto acima, entretanto, as suas afirmações nunca foram levadas a sério por parte da imprensa pública. Agora, na delicada fase da escolha do sucessor de Guebuza, em 2014, os pronunciamentos de matriz étnica de Chipande constituíam um patrimônio político que os Makonde usaram para reivindicar os seus “direitos” dentro da FRELIMO.

Com efeito, havia, entre os pais fundadores do partido, um acordo tácito de que a presidência devia caber, depois de esgotados os representantes do sul da linha hierárquica das origens (Machel, Chissano e Guebuza), a um Makonde, em nome da antiga aliança étnica com os Ronga. De forma concreta, o cargo devia caber ao líder dos Makonde, Alberto Chipande, o homem que, segundo a mitologia frelimista, deu o primeiro tiro contra a tropa colonial portuguesa, abrindo, assim, a luta de libertação. General na reserva, antigo ministro da defesa e conselheiro político do presidente Guebuza, Chipande, por motivos pessoais, renunciou à presidência, indigitando alguém da confiança dele: Filipe Jacinto Nyusi.

O mais importante, porém, é que as reivindicações de Chipande para que um Makonde assumisse o maior cargo do Estado moçambicano eram de tipo exclusivamente étnico. Chipande nunca motivou a escolha de Nyusi em razão da sua experiência institucional (tinha sido ministro da defesa no último governo-Guebuza), ou das suas capacidades políticas, mas apenas do fato de ele pertencer aos Makonde. E era a primeira vez que isso acontecia, pelo menos de forma tão explícita.

Diante destes pronunciamentos, que se tornaram a linha política, de certa forma, oficial, da FRELIMO, a imprensa pública teve de enfrentar dificuldades imprevistas, associadas a um certo embaraço. Com efeito, todo o seu discurso do politicamente correto, da unidade nacional, da memória de Mondlane e Samora Machel contra o tribalismo e o regionalismo ia para baixo com esta reviravolta protagonizada pelos Makonde. As crônicas do "Notícias" deste período de transição entre a liderança de Guebuza e a de Nyusi expressavam todas essas preocupações, procurando, porém, manter sempre uma linha editorial que privilegiasse uma leitura política do debate interno, em detrimento da de tipo étnico-territorial.

Exatamente o contrário acontece com a imprensa privada. Marcelo Mosse, um jornalista de renome em Moçambique, antigo colaborador de Carlos Cardoso e hoje diretor da "Carta de

Moçambique", jornal online que figura entre os mais conceituados do país, destaca o uso da pertença étnica de Chipande e dos Makonde para o controlo do partido, assim como dos negócios milionários de Cabo Delgado (gás, rubis, pedras preciosas, construções), em detrimento do grupo anteriormente hegemónico, que fazia referência a Guebuza (ISSUFO, 2015).

Depois da fase de transição, que culminou com a defenestração de Guebuza da presidência do partido FRELIMO em favor de Nyusi em 2015, o grupo dos Makonde procedeu a uma acelerada "makondização" do Estado moçambicano (BUS-SOTTI, 2021).

Em janeiro de 2017, Lagos Lidimo, um antigo general Makonde na reserva, foi nomeado chefe da *intelligence* moçambicana (SISE); a seguir, em outubro do mesmo ano, Rafael Bernardino foi nomeado chefe da polícia de Moçambique (PRM), enquanto Atanásio Salvador M'Tumuke continuava como ministro da defesa, todos eles pertencentes à etnia Makonde.

Mais uma vez, a imprensa privada e a pública se dividiram quanto à abordagem com a qual ler estas nomeações por parte do presidente Nyusi. No primeiro caso, vários jornais privados chegam a formular a ideia de um "pentágono do poder" Makonde, formado por M'Tumuke, Nalyambipano, Chipande, Lidimo e o próprio Nyusi (COMPLETANDO..., 2017). A "Carta de Moçambique" assinalou como a gestão de setores estratégicos do Estado continuou a privilegiar uma lógica de linhagem étnica e até familiar, como aconteceu em 2022, quando o chefe da PRM nomeou, juntamente com outros quadros daquela corporação, seu filho, Fernando Bernardino Rafael, a subinspetor da polícia. A indignação dos outros quadros, como assinalou a "Carta", não se fez esperar, uma vez que essa promoção se deu apenas três anos depois de o jovem Rafael ter entrado nas fileiras da polícia (BERNARDINO..., 2022). De contra, a imprensa pública continuava a limitar-se a reportar os fatos da forma mais próxima possível à versão oficial do governo, enaltecendo os supostos méritos das figuras do poder Makonde. Um exemplo é a Rádio Moçam-

bique, que, ainda em 2022, destacou o fato de Bernardino Rafael ter sido premiado com uma medalha privativa pela polícia nacional de São Tomé e Príncipe, fazendo jus, assim, o chefe da polícia moçambicana, a um merecido destaque internacional (COMANDANTE-GERAL..., 2022).

No caso do monopólio econômico dos recursos naturais de Cabo Delgado por membros influentes da FRELIMO de etnia Makonde, a questão é ainda mais complexa: o episódio provavelmente mais significativo deu-se em Montepuez, Cabo Delgado, território que está fora dos distritos habitados pelos Makonde (os sete do Planalto). Aqui, foi descoberto o maior jazigo de rubis do mundo por parte de um camponês da zona, em 2009 (calcula-se que cerca de 40% da produção mundial de rubis venha, hoje, de Montepuez). Inicialmente, houve uma exploração informal, com muitos garimpeiros que andavam à procura de ouro, rubis e outros minerais preciosos para alimentar as suas famílias. Tratava-se de população local, de etnia Makhuwa e Kimwane, com uma presença relevante de estrangeiros, principalmente tanzanianos e somalis. Em princípio, o terreno pertencia a Suleimane Hassane, um camponês local que tinha começado a exploração do jazigo; porém, o terreno foi atribuído, por parte das autoridades moçambicanas, a Raimundo Pachinuapa (mais precisamente à sociedade que ele possuía, a Mwiriti Limitada), general Makonde na reserva, antigo combatente e membro do Comité Central e da Comissão Política da FRELIMO. Em suma, um dos homens mais influentes do país. A concessão do direito de uso e aproveitamento da terra (DUAT) foi concedida – segundo os membros do Comité de Gestão comunitária de Namanhumbir (localidade do distrito de Montepuez, onde se encontra o jazigo) – à revelia do Hassane, pois a consulta comunitária que, por lei, deve ser feita, não passou de um mecanismo legalizado de usurpação (VALOI, 2016). Uma vez obtido o DUAT, a Mwiriti Limitada procurou um parceiro internacional, encontrado na maior empresa mundial de exploração de rubis, a britânica Gemfields, formando, assim, a atual companhia, a Montepuez Ruby Mining. Foi esta última sociedade que teve

a concessão – em menos de dois meses – de cerca de 35 mil hectares em Namanhumbir. O processo de expulsão dos pequenos garimpeiros locais foi extremamente violento: só para recordar da gravidade da violação dos direitos humanos que a Montepuez Ruby Mining levou a cabo em Montepuez, a empresa foi sancionada com uma multa de 6,7 milhões de euros pelo Tribunal de Londres. Calcula-se que a sociedade tenha violado gravemente os direitos humanos de cerca de 300 pessoas, inclusive por meio de assassinatos, espancamentos e violações sexuais, perpetrados por parte da numerosa força de segurança (quer pública, do Estado moçambicano, quer privada, contratada diretamente pela empresa), que devia velar pela ordem pública na área operacional da britânica Gemfields (SILVA, 2019).

É interessante ver como o jornal "Notícias" fez a cobertura da atividade desta empresa. Dos numerosos artigos publicados sobre a matéria, a linha editorial visa enaltecer a contribuição desta sociedade ao desenvolvimento do país, à criação de novos empregos, às ações de responsabilidade social por ela levadas a cabo e também justifica os momentos trágicos da vida desse jazigo, como a morte de garimpeiros artesanais, pelo fato de eles exercerem uma atividade "ilegal". No artigo publicado em fevereiro de 2020, por exemplo, desde o início está claro qual o posicionamento do jornal: "Os onze corpos de garimpeiros que morreram soterrados na prática do garimpo ilegal na área mineira pertencente à companhia Montepuez Ruby Mining (MRM), em Cabo Delgado, foram a enterrar na passada quinta-feira" (SOTERRADOS..., 2020, n.p.). Implicitamente, o jornal culpabiliza os falecidos pelo fato de eles terem atuado numa área que pertence a uma sociedade privada, em que nunca deveriam ter entrado.

A mesma abordagem pode ser observada num artigo de 2021, quando o "Notícias" reporta, sem esconder uma certa satisfação, a condenação, por parte do Tribunal Distrital de Montepuez, de sete indivíduos praticantes do garimpo ilegal nos terrenos da Montepuez Ruby Mining a um ano de reclusão e seis meses de multa, enaltecendo o

papel desta empresa, que resolveu doar a multa (cerca de 300 mil meticais, equivalentes a 5 mil dólares americanos) aos deslocados de guerra de Cabo Delgado (SETE..., 2021).

A imprensa privada assumiu um posicionamento extremamente crítico para com as violações dos direitos humanos por parte da Montepuez Ruby Mining. Tomás Vieira Mário, jornalista e ativista, sublinhou, num artigo publicado pela "Carta de Moçambique", a "inércia cúmplice das autoridades estatais moçambicanas, administrativas e judiciais, perante comprovados casos de grosseiras violações dos direitos humanos de cidadãos nacionais" (MÁRIO, 2019, n.p.).

Em suma, ao progredir do processo de "makondização" do Estado e da economia de Moçambique, a imprensa privada acompanhou de forma extremamente crítica tal fenómeno, ao passo que a pública nunca fez menção deste trato da vida pública, continuando numa linha editorial que não dá conta das transformações decorrentes no país. Um sinal evidente, este, de como o autoritarismo moçambicano conseguiu impor uma linha editorial de perfil baixo à imprensa pública, de que a questão étnica representa, provavelmente, o espelho mais visível. Esta situação, porém, sofreu uma enésima aceleração em 2022, com as declarações de dois grandes generais da luta armada, mais uma vez, Chipande e, sobretudo, o Makhwua Nihia, que enaltecem a questão étnica como a principal que o país deveria enfrentar.

A questão étnica no discurso político "oficial" e a sua cobertura por parte da imprensa

As intervenções dos dois generais da FRELIMO não podem ser consideradas "oficiais", pois elas não foram feitas em nome do partido. Entretanto, em consideração ao destaque destas duas figuras, elas podem ser interpretadas como o arranque, no seio do maior partido de Moçambique, de um debate centrado na questão étnica.

A primeira intervenção é de autoria do general Chipande. O discurso de Chipande deve ser enquadrado no seio do processo acima mencionado das dívidas ocultas. Os arguidos (e depois

condenados) são antigos quadros da *intelligence* moçambicana, mediadores financeiros e, entre os outros, um dos filhos do antigo presidente Guebuza. Chipande, num discurso pronunciado numa conferência dada à Organização da Juventude Moçambicana na cidade da Matola, em julho de 2022, defendeu que este processo demonstra, por um lado, o mecanismo de exclusão sistemática de matriz étnica que a FRELIMO (o seu próprio partido) utilizou ao longo da sua história, assim como o maior grau de corrupção dos "sulistas" se comparados com os representantes das outras etnias. Em primeiro lugar, Chipande alega que, dos arguidos das dívidas ocultas, só havia um zambeziano (provincia no Centro do país), ao passo que todos os outros eram do Sul. O uso da sua linguagem não deixa espaço para qualquer dúvida: com efeito, ele menciona de forma explícita "marongas, manhambanes e machangas de Gaza" como os "privilegiados", presentes no acima mencionado processo, perguntando-se: "E outros deixaram aonde? Deixaram aonde, *macondes e macuas, senas e ndaus?*" (MUCANDZE, 2022, n.p.).

O discurso de Chipande teve eco imediato: em boa verdade, Guebuza já tinha alertado o partido no sentido de uma possível regressão ao ambiente de 1962, quando as tensões étnicas eram ainda muito fortes, mas foram minimizadas com a fundação de um projeto nacional, o da FRELIMO. Num seu discurso de 2019, numa reunião de partido, o antigo presidente de Moçambique já assinalava a necessidade de parar com a etnicização da política dentro do partido e no país, trazendo à tona o descontentamento e a preocupação de muitos membros da FRELIMO do Sul com relação ao poder dos Makonde (MUCANDZE, 2022).

Entretanto, o discurso de Chipande despoletou outras reações de observadores externos ao partido, que, no geral, condenaram a postura do general, vislumbrando perigos de um conflito étnico que, em parte, já se faz sentir no Norte do país. A reação mais comum foi de admiração. Como explica o sociólogo Moisés Mabunda, a afirmação de Chipande é preocupante, uma

vez que ele mesmo sempre ensinou a atribuir importância à unidade nacional. Segundo este observador, as declarações do general Makonde poderão significar que, mesmo dentro da FRELIMO, a unidade nacional não estaria ainda consolidada, apesar da retórica nacionalista que o partido tem vindo constantemente a propalar (MIGUEL, 2022b).

O jurista e jornalista Tomás Vieira Mário aponta para as palavras de Chipande como sendo "um facto", sendo verdade que as várias etnias tiveram acessos diferenciados às oportunidades que se apresentaram ao longo do tempo no país. Finalmente, o jornalista Salomão Moiane recordou de como Chipande havia sido "infeliz" nas suas declarações, embora considerando que elas não deverão ter muita influência no seio da FRELIMO, ao passo que Luís Nhachote observou que mesmo dentro da ala Makonde há pessoas corruptas (MIGUEL, 2022b). A intervenção que provavelmente teve mais eco, em resposta às palavras do general, foi a do filósofo Severino Ngoenha.

Numa entrevista para o "Canal de Moçambique", Ngoenha definiu as palavras de Chipande como "uma porcaria", caracterizadas por "oportunistismo político", e realçando que o famoso general mal consegue passar dois dias na sua terra natal, Cabo Delgado, preferindo o luxo da capital Maputo. Em jeito de proposta, Ngoenha relançou a sua antiga ideia de levar o parlamento para o Centro do país, implementando uma reforma no sentido federalista do Estado (CANALMOZ, 2022).

Uma última intervenção merece destaque: a de Lawe Laweki, autor de um livro muito polémico sobre a figura do padre Mateus Pinho Gwanjere. Laweki interveio no site antifrelimista macuablogs, dirigido por Fernando Gil. Aqui, ele recorda a função histórica que o grupo dos Makonde teve ao longo da luta de libertação, numa fase crucial do conflito no seio da FRELIMO. Quando o Makonde Lázaro Nkavandame devia ser afastado e depois expulso do partido, foi a ala Makonde, com Pachinuapa e Chipande, a resolver este problema. Portanto – conclui Laweki –, as palavras de Chipande devem ser

lidas como um grito de alarme dos Makonde de que os "Sulistas" estariam para retomar o poder, depois do fim do segundo mandato de Nyusi, em 2024 (LAWEKI, 2022).

A segunda intervenção que assinala elementos étnicos no debate político moçambicano foi feita pelo general Nihia, um dos poucos do grupo dos Amakhuwa a ter exercido um papel importante na vida da FRELIMO e do país, e atual deputado pela bancada da FRELIMO. Numa reunião de partido, a XI Conferência da FRELIMO em Nampula, ocorrida em Setembro de 2022, o general pronunciaria palavras ofensivas contra a sua própria etnia, os Amakhuwa. Partindo do pressuposto de que, de sete municípios presentes na província de Nampula, cinco estão sendo governados pela RENAMO, Nihia iniciou o seu discurso expressando o sentido de estupor dos outros camaradas do Norte, segundo as seguintes palavras:

Os de Cabo Delgado perguntam a mim, Nihia, o que se passa em Nampula? Não tenho resposta. Quando vou a Niassa, Nihia, o que se passa em Nampula? Quando vou a Tete ou Manica, o que se passa em Nampula? Todas as províncias estão indignadas com a província de Nampula. (TRIBALISMO..., 2022, n.p.).

A resposta que Nihia deu foi de tipo étnico, como ele próprio sublinhou:

A resposta é esta: os macuas são falsos. Os macuas não têm direcção. Não tenho como, não posso esconder isso. Quando eu digo que tenho vergonha, é porque sou do grupo macua (TRIBALISMO..., 2022, n.p.).

Se as palavras de Chipande podiam deixar imaginar interesses pessoais e do grupo Makonde a serem ameaçados em proximidade da ascensão de uma nova figura na presidência da república, a partir de 2024, no caso do general Nihia, a situação é ainda mais paradoxal. Sem nenhuma argumentação política, Nihia acusa abertamente o seu próprio povo de falsidade e de falta de direcção política. Uma direcção, seja dito, que ele devia ser um dos primeiros a garantir, em consideração ao seu peso político. Mais uma vez, as reacções não se fizeram esperar: por um lado, Nihia não foi o eleito do novo Comité Central da

FRELIMO, conseguindo apenas um voto (provavelmente o seu), e demonstrando, assim, toda a repulsão que as suas palavras engendraram nos camaradas de Nampula; em segundo lugar, as redes sociais emakhuwa viralizaram o vídeo em que ele pronunciou essas palavras, com comentários imagináveis. Aly Faque, o cantor Makhuwa provavelmente mais famoso neste momento, e vereador no município de Nampula pela RENAMO, num vídeo que foi amplamente divulgado, expressou toda a sua contrariedade às palavras de Nihia, apelando para que o povo Makhuwa votasse com mais decisão em favor do maior partido de oposição; o jornalista do semanário local Ngani, Agostinho Miguel, foi além, convidando Nihia a circunscrever as suas afirmações aos membros Makhuwa da FRELIMO: "Na minha óptica, ele diria que os membros do partido FRELIMO, em Nampula, são traidores e falsos" (MACUAS..., 2022, n.p.). Finalmente, a ativista social Milda Quaria declarou que o general Nihia ofendeu a etnia Makhuwa, chegando a fazer hipóteses de tipo psicológico quanto à fala dele (alegando ter transtornos de tipo bipolar.) (BERNARDINO..., 2022).

Reflexões conclusivas

A questão étnica atravessou toda a história de Moçambique, desde a fundação da FRELIMO até aos dias de hoje. Entretanto, o mecanismo de agenda-denial imposto pelo partido no poder conseguiu manter tal assunto abafado e quase que ausente no debate público. Autoritarismo e questão étnica foram, assim, de mãos dadas no sentido de impedir que esta sobressaísse como uma das pautas fundamentais para o país. Essa tentativa foi bem-sucedida com a imprensa pública, mas tornou-se mais complicada com a privada, ainda mais quando generais e dirigentes de ponta da FRELIMO, como Chipande e Nihia, transformaram a questão étnica em assunto de debate público, desvendando tensões antigas e que só agora emergiram de forma aberta.

Em termos de relacionamento entre poder político e imprensa, o autoritarismo, que sempre caracterizou a prática do jornalismo público

moçambicano, continuou mesmo em época democrática, sem grandes mudanças de abordagem. A questão étnica não foi a única a merecer esse tratamento na comunicação social pública. Qualquer assunto considerado sensível, tal como o caso das dívidas ocultas, ou do terrorismo em Cabo Delgado, foi tratado segundo uma linha ditada pelos interesses do governo do dia: primeiro, procurar ocultar o fato, segundo, a abordagem da agenda-denial que foi aqui usada para a questão étnica, depois, banalizar o fenômeno (por exemplo, o terrorismo em Cabo Delgado foi classificado, durante muitos meses, de ataques protagonizados por "bandidos armados") e, finalmente, admiti-lo, mas sempre contando quase que exclusivamente com fontes oficiais, de tipo institucional.

A imprensa pública continua abstendo-se de propor um jornalismo investigativo, ou de convidar columnistas que tenham um pensamento crítico em comparação com o do governo para expressar suas opiniões. Vice-versa, a imprensa privada, mesmo usando canais modernos, como demonstram os vários jornais *online* presentes no panorama moçambicano, está procurando propor linhas editoriais diferentes, entre as quais, a relativa à questão étnica. O relacionamento entre poder político e esse tipo de imprensa, como demonstrado ao longo deste estudo, tem atravessado momentos diferentes; entretanto, o assassinato de Carlos Cardoso sinalizou um momento crucial em que ficaram evidentes na memória coletiva, assim como na dos profissionais da informação, quais limites não deveriam ser ultrapassados para não "incomodar" o governo do dia e, particularmente, os interesses econômicos da elite político-empresarial. Por vezes, tais limites foram extrapolados, e a reação foi violenta, com atentados e ameaças que conseguem, até hoje, em parte, amordaçar a liberdade de imprensa em Moçambique. O autoritarismo traduzido em agenda-denial junto à comunicação social, de que a questão étnica foi o exemplo considerado neste estudo, está ainda enraizado na vida pública moçambicana. Os sinais para que tal situação sofra uma reviravolta no sentido de assegurar

aquelas prerrogativas que a própria Constituição garante não têm sido dos melhores: os princípios democráticos patentes na Magna Carta de Moçambique, portanto, devem ser considerados mais como um projeto a ser realizado do que como direitos exigíveis e inalienáveis, a partir do direito de expressão e de imprensa.

Referências

ADEKSON, J'Bayo. Army in a Multi-Ethnic Society: The case of Nkruma's Ghana 1957-1966. *Armed Forces and Society*, Thousands Oaks, v. 2, n. 2, p. 251-272, 1976.

AMÍLCAR Cabral era contra a divisão étnica dos Guineenses. *RTP Notícias*, Lisboa, 2023. Disponível em: https://www.rtp.pt/noticias/mundo/amilcar-cabral-era-contra-divisao-etnica-de-guineenses_n1461265. Acesso em: 29 jan. 2023.

BERNARDINO Rafael promove seu filho a Subinspector da Polícia. *Carta de Moçambique*, Maputo, 2022. Disponível em: <https://cartamz.com/index.php/politica/item/11765-bernardino-rafael-promove-seu-filho-a-subinspector-da-policia>. Acesso em: 2 fev. 2023.

BONATE, Liazzat. O Jihadismo transnacional e a insurgência em Cabo Delgado, Moçambique. *Afro-Ásia*, Salvador, n. 65, p. 519-553, 2022.

BUQUE, Adelino. Dhlakama: "Disparar para a cabeça"! *Moçambique para todos*, Maputo, 2011. Disponível em: https://macua.blogs.com/moambique_para_todos/2011/08/dhlakama-disparar-para-a-cabe%C3%A7a-1.html. Acesso em: 29 jan. 2023.

BUSSOTTI, Luca. La transizione fallita. Dieci anni di politica mozambicana (2009-2019). *Il Politico*, Pavia, n. 2, p. 73-101, 2021.

BUSSOTTI, Luca. Media Freedom and the "Transition" Era in Mozambique: 1990-2000. In: BUSSOTTI, Luca; GRATZ, Tilo; BARROS, Miguel de (ed.). *Media Freedom and Right to Information in Africa*. Lisboa: ISCTE, 2015. p. 45-71.

BUSSOTTI, Luca; NHAUELEQUE, Laura António. Processos de marginalização étnica e cultural na África pós-colonial. O caso dos Amakhuwa de Moçambique. *Comunicação e Sociedade*, Braga, v. 41, p. 149-167, 2022.

BUSSOTTI, Luca e TORRES, Charles. The Risk Management of Islamic Terrorism in a Fragile State: The Case of Mozambique. *Problems of Management in the 21st Century*, Siauliai, Lituânia, v. 15, n. 1, p. 9-22, 2020.

CANALMOZ. Grande entrevista com o Prof. Severino Ngoenha: "Uma porcaria será sempre uma porcaria". Maputo, 2022. Facebook: CanalMoz @canalmoz. Disponível em: <https://www.facebook.com/CanalMoz/photos/a.153439564725149/5457986370937082>. Acesso em: 20 jan. 2023.

CAPELLA, Ana Cláudia Niedhardt. Agenda-setting policy: Strategies and agenda denial mechanisms. *Organizações & Sociedade*, Salvador, v. 23, n. 79, p. 675-691,

2016. Disponível em: https://www.scielo.br/j/osoc/a/Y8cP7TRBBDgYWwm_PHQtxBVH/?lang=en. Acesso: 6 fev. 2023.

CHICHAVA, Sérgio; POHLMANN, Jonas. Uma breve análise de imprensa moçambicana. In: BRITO, Luís de et al. (org.). *Desafios para Moçambique 2010*. Maputo: IESE, 2010. p. 127-138.

COBB, Roger; ROSS, Marc Howard (ed.). *Cultural Strategy of Agenda Denial*. Lawrence: University Press of Kansas, 1997.

COMANDANTE-GERAL da PRM recebe medalha privativa de mérito da Polícia Nacional e São Tomé e Príncipe. *Rádio Moçambique*, Maputo, 2022. Disponível em: <https://www.rm.co.mz/comandante-geral-da-prm-recebe-medalha-privativa-de-merito-da-policia-nacional-de-sao-tome-e-principe/>. Acesso em: 2 fev. 2023.

COMPLETANDO o "pentágono do poder". *Correio da Manhã*, Maputo, 2017.

CONSTRUIR futuro risonho com entrega ao trabalho: defendem fundadores da FRELIMO. *Moçambique para todos*, Maputo, 2012. Disponível em: https://macua.blogs.com/moambique_para_todos/2012/02/construir-futuro-risonho-com-entrega-ao-trabalho-defendem-fundadores-da-frelimo.html. Acesso em: 1 fev. 2023.

CRAVEIRINHA, José. *O folclore moçambicano e as suas tendências*. Maputo: Alcance, 2009.

DAMBILE, Afonso Silva. *Espaço geográfico, sentido de pertença e unidade nacional em Moçambique*. Pavia: IBIS, 2014.

DENG, Francis M. Ethnicity: An African Predicament. *Brookings*, Washington, 1997. Disponível em: <https://www.google.com/amp/s/www.brookings.edu/articles/ethnicity-an-african-predicament/amp/>. Acesso em: 31 jan. 2023.

ECONOMIST Intelligence Unit says Mozambique is an "authoritarian regime". *Club of Mozambique*, Lisboa, 2019. Disponível em: <https://clubofmozambique.com/news/economist-intelligence-unit-says-mozambique-is-an-authoritarian-regime/>. Acesso em: 30 jan. 2023.

FAUVET, Paul; MOSSE, Marcelo. *É proibido pôr algemas nas palavras*. Uma biografia de Carlos Cardoso. Lisboa: Caminho, 2004.

FLORÊNCIO, Fernando. Identidade étnica e práticas políticas entre os vaNdau de Moçambique. *Cadernos de Estudos Africanos*, Lisboa, n. 3, p. 39-63, 2002.

FREEDOM HOUSE. Freedom in the World 2021. Mozambique. *Freedom House*, Washington, DC, 2021. Disponível em: <https://freedomhouse.org/country/mozambique/freedom-world/2021>. Acesso em: 30 jan. 2023.

GONÇALVES, Fernando. Porquê Chipande perdeu a cabeça? *ForEver PEMBA*, [s. l.], 2009. Disponível em: <https://foreverpemba.blogspot.com/2009/08/porque-chipande-perdeu-cabeca.html>. Acesso em: 1 fev. 2023.

GOUVEIA, José Bacelar. O constitucionalismo de Moçambique e a Constituição de 2004. *Boletim Mexicano de Derecho Comparado*, Ciudad de México, v. 1, n. 152, p. 449-475, 2018.

GRAÇA Machel denuncia regionalismo e tribalismo. *RTP Notícias*, Lisboa, 2006. Disponível em: https://www.rtp.pt/noticias/mundo/graca-machel-denuncia-regionalismo-e-tribalismo_n132599. Acesso em: 31 jan. 2023.

GRAÇA Machel faz denúncia. *Correio da Manhã*, Maputo, 2006. Disponível em: http://macua.blogs.com/moambique_para_todos/2006/11/graa_machel_faz.html. Acesso em: 1 fev. 2023.

HOHLFELDT, Antonio; SANTOS, Jaime Machado dos. Síntese histórica da imprensa moçambicana. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 32., 2009, Curitiba. *Anais* [...]. Curitiba: INTERCOM, 2009, p. 1-23. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2009/resumos/R4-0282-2.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2023.

HUNTINGTON, Samuel. *Democracy's Third Wave*. *Journal of Democracy*, Washington, v. 2, n. 2, p. 12-34, 1991.

IGARCIA. Prisão para os assassinos de Carlos Cardoso. *Observatório da Imprensa*, Maputo, 2003. Disponível em: <https://www.observatoriodaimprensa.com.br/primeiras-edicoes/priso-para-os-assassinos-de-carlos-cardoso/>. Acesso em: 5 fev. 2023.

IHONVBERE, Julius. Where Is the Third Wave? A Critical Evaluation to Africa's Non-Transition to Democracy. *Africa Today*, Bloomington, v. 43, n. 4, p. 343-367, 1996.

INFLEXIBILIDADE do governo compromete negociações com a RENAMO. *Moçambique Terra Queimada*, Maputo, 2012. Disponível em: <https://ambicanos.blogspot.com/2012/12/inflexibilidade-do-governo-compromete.html>. Acesso em: 6 fev. 2023.

ISRAEL, Paolo. *In Step with the Time: Mapiko Masquerades of Mozambique*. Athens: Ohio University Press, 2014.

ISSUFO, Nádia. Alberto Chipande, o influente "general do norte" moçambicano. *DW*, Maputo, 2015. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-002/alberto-chipande-o-influente-general-do-norte-de-moambique/a-18190065>. Acesso em: 1 fev. 2023.

ISSUFO, Nádia. Dhlakama admite referendo sobre divisão de Moçambique. *DW*, Maputo, 2014. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-002/dhlakama-admite-referendo-sobre-divisao-de-moambique/a-18123881>. Acesso em: 22 jan. 2023.

JORNALISTA do semanário Canal de Moçambique alvo de rapto. *DW*, Maputo, 2019. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-002/jornalista-do-semanario-canal-de-moambique-alvo-de-tentativa-de-rapto/a-51846834>. Acesso em: 30 jan. 2023.

LAWEKI, Lawe. O General Chipande denuncia o tribalismo do Sul ou quer apoiar o Norte? *Moçambique para todos*, Maputo, 2022. Disponível em: https://macua.blogs.com/moambique_para_todos/2022/08/o-general-chipande-denuncia-o-tribalismo-do-sul-ou-quer-apoio-do-norte.html. Acesso em: 13 jan. 2023.

LEONARDO, Sarmento Bacelar. Liberdade de Imprensa em Moçambique: O caso de influência do poder político no judiciário. *REVES*, Viçosa, v. 5, n. 22, p. 1-14, 2022.

MACAGNO, Lorenzo. Fragmentos de uma imaginação nacional. *ANPOCS*, São Paulo, v. 24, n. 70, p. 17-35, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/X8X68Zc6vm4G7STJgNnKYkR/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 7 jan. 2023.

MACHEL, Samora Moisés. Educar o homem para vencer a guerra. Criar uma sociedade nova e desenvolver a pátria. *Colecção Estudos e Orientações*, Maputo, n. 2, p. 1-10, 1973.

"MACUAS" retaliam e chamam Nihia de antidemocrático. *Carta de Moçambique*, Maputo, 6 set. 2022. Disponível em: <https://cartamz.com/index.php/politica/item/11766-macuas-retaliam-e-chamam-nihia-de-antidemocratico>. Acesso: 7 jan. 2023.

MÁRIO, Tomás Vieira. Crimes em Montepuez: Da "meia culpa" da Gemsfields ao ensurdecido silêncio da justiça moçambicana. *Carta de Moçambique*, Maputo, 2019. Disponível em: <https://cartamz.com/index.php/carta-do-fim-do-mundo/item/858-crimes-em-montepuez-da-meia-culpa-da-gemsfields-ao-ensurdecido-silencio-da-justica-mocambicana>. Acesso em: 2 fev. 2023.

MCCOMBS, Maxwell; SHAW, Donald. The Agenda-Setting Function of Mass-Media. *The Public Opinion Quarterly*, Oxford, v. 36, n. 2, p. 176-187, 1972.

MEJER, Jan. Marxist and Neo-Marxist. Interpretations of Ethnicity. *Sociological Focus*, Philadelphia, v. 20, n. 4, p. 251-264, 1987.

MENESES, Maria Paula. Xiconhoca, o inimigo: Narrativas de violência sobre a construção da nação em Moçambique. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Lisboa, v. 106, p. 9-52, 2015.

MENEZES PAREDES, Marçal. A construção da identidade nacional moçambicana no pós-independência: sua complexidade e alguns problemas de pesquisa. *Anos 90*, Porto Alegre, v. 21, n. 40, p. 131-161, 2014.

MENTAN, Tatah. *In Defence of Press Freedom in Africa: An Essay*. Yaoundé: Langaa RPCIG, 2015.

MIGUEL, Ramos. Moçambique: denúncia de suposto "tribalismo" pode agitar águas da FRELIMO. *Voaportugues*, Lisboa, 2022b. Disponível em: <https://www.voaportugues.com/a/moambique-denuncia-de-suposto-tribalismo-pode-agitar-aguas-na-frelimo/6692926.html>. Acesso em: 12 jan. 2023.

MIGUEL, Ramos. Moçambique: Lei da imprensa no Parlamento pode representar retrocesso, avisam analistas políticos. *Voaportugues*, Lisboa, 2022a. Disponível em: <https://www.voaportugues.com/a/moambique-lei-da-imprensa-no-parlamento-pode-representar-retrocesso-avisam-analistas-politicos/6563581.html>. Acesso em: 30 jan. 2023.

MOBANA, Horácio. O inimigo usa a etnia Ndau para desestabilizar a RENAMO. *Moz Massoko*, Maputo, 2019. Disponível em: <http://ambicanos.blogspot.com/2019/07/o-inimigo-usa-etnia-ndau-para.html?m=1>. Acesso em: 31 jan. 2023.

MONDLANE, Eduardo. Tribos e grupos étnicos moçambicanos (seu significado na Luta de Libertação Nacional), 1967. In: MUIUANE, Armando Pedro. *Datas e Documentos na História da FRELIMO*. Maputo: Imprensa Nacional de Moçambique, 2006. n.p.

MONTEIRO, José Oscar. *De todos se faz um país*. Lisboa: Campos de Comunicação, 2013.

MOURIER-GENOUD, Eric; CAHEN, Michel; ROSÁRIO, Domingos (org.). *The war within: new perspectives on the civil war in Mozambique, 1976-1992*. Suffolk: James Curry; Nova York: Boydell & Brewer, 2018.

MUCANDZE, Nelson. General do Norte (Chipande) mostra raiva para os camaradas do Sul. *Evidências*, Maputo, 2022. Disponível em: <https://evidencias.co.mz/2022/07/26/general-do-norte-chipande-mostra-raiva-pelos-camaradas-do-sul/>. Acesso em: 22 dez. 2022.

NCOMO, Bernabé Lucas. *Uriá Simango: um homem, uma causa*. Maputo: Novafrica, 2004.

NGOENHA, Severino Elias. Os missionários suíços face ao nacionalismo moçambicano: entre a tsongainidade e a moçambicanidade. *Lusotopie*, Marseille, n. 6, p. 425-436, 1999.

NHACHOTE, Luís. Chipande insiste na "legalidade" dos dirigentes da FRELIMO serem ricos – Luta armada põe os veteranos às turras. *Moçambique para todos*, Maputo, 2009. Disponível em: https://macua.blogs.com/moambique_para_todos/2009/08/chipande-insiste-na-legalidade-dos-dirigentes-da-frelimo-serem-ricos.html. Acesso em: 23 dez. 2022.

POSSE, Lúcio. Heróis da luta de libertação nacional e a ideia de nação nos discursos do Presidente da República de Moçambique Armando Guebuza. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Coimbra, n. 122, p. 97-118, 2020. Disponível em: <https://journals.openedition.org/rccs/10682?lang=fr>. Acesso em: 13 dez. 2022.

RHORMENS, Mariana Conde; BONFITTO JÚNIOR, Matteo. Um olhar sobre as máscaras de Mapiko: apropriação técnica, simbólica e criativa da máscara. *Anais ABRACE*, Campinas, v. 14, n. 1, p. 1-6, 2013. Disponível em: <https://www.publionline.iar.unicamp.br/index.php/abrace/article/view/2709>. Acesso em: 29 jan. 2023.

SERRA, Carlos. *Identidade, moçambicanidade, moçambicanização*. Maputo: Livraria Universitária: UEM, 1998.

SETE indivíduos condenados por exploração ilegal de rubis. *Jornal Notícias*, Maputo, 2021. Disponível em: <https://jornalnoticias.co.mz/nacional/sete-individuos-condenados-por-exploracao-ilegal-de-rubis/>. Acesso em: 28 jan. 2023.

SHPAIZMAN, Ilana. Beyond the visible policy agenda: problem definitions disappearing from the agenda as nondecisions. *Journal of Public Policy*, Cambridge, v. 40, n. 1, p. 72-95, 2020.

SILVA, Guilherme Correia da. Moçambique: mineradora Gemsfiled paga indemnização face a acusações de abusos. *DW*, Maputo, 2019. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-002/moçambique-mineradora-gemfiled-paga-indemnização-face-a-acusações-de-abusos/a-47283556>. Acesso em: 5 fev. 2023.

SILVA, Romeu da. Incêndio ao Canal de Moçambique: "atentado à liberdade". *DW*, Maputo, 2020. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-002/inc%C3%AAndio-ao-canal-de-moçambique-atentado-à-liberdade-de-im-prensa/a-54680>. Acesso em: 30 jan. 2023.

SOTERRADOS em Montepuez: restos mortais de garimpeiros foram a enterrar. *Jornal Notícias*, Maputo, 2020. Disponível em: <https://jornalnoticias.co.mz/nacional/soterrados-em-montepuez-restos-mortais-de-garimpeiros-foram-a-enterrar/>. Acesso em: 28 jan. 2023.

TRIBALISMO na FRELIMO: "Os macuas são falsos" – acusa Eduardo Nihia. *Carta de Moçambique*, Maputo, 2022. Disponível em: <https://cartamz.com/index.php/politica/item/11746-tribalismo-na-frelimo-os-macuas-sao-falsos-acusa-eduardo-nihia>. Acesso em: 6 fev. 2023.

TRIP, Aili Mari. The Political Mediation of Ethnic and Religious Diversity in Tanzania. In: YOUNG, Crawford (ed.). *The Accommodation of Cultural Diversity: Case Studies*. London: Palgrave Macmillan, 1999. p. 37-71.

VALOI, Estácio. Os rubis de sangue de Montepuez. *Land Portal*, Maputo, 2016. Disponível em: <https://landportal.org/pt/news/2016/07/os-rubis-de-sangue-de-montepuez>. Acesso em: 10 dez. 2022.

ZIMBICO, Octávio José. História, política e educação: o novo modelo de escolarização primária em Moçambique. *Educação*, Porto Alegre, v. 42, n. 1, p. 67-76, 2019.

Luca Bussotti

Doutor em Sociologia do Desenvolvimento pela Universidade de Pisa, é Professor na Universidade Técnica de Moçambique. Foi Investigador no ISCTE de Lisboa, Professor Associado Visitante na Universidade Federal de Pernambuco e na Universidade de Foggia e Macerata na Itália. Atualmente trabalha com questões ligadas à democracia em África, liberdade de imprensa e processos políticos no Sul Global.

Endereço para correspondência

LUCA BUSSOTTI

Rua Bom Pastor, 1505

Iputinga

Recife, PE, Brasil

50670-260

Os textos deste artigo foram revisados pela Texto Certo Assessoria Linguística e submetidos para validação do autor antes da publicação.